

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que aspectos contribuem ou aumentam a probabilidade de permanência das crianças nas famílias de origem? Observamos que o ambiente físico adequado, o estabelecimento de limites para os filhos e o afeto são aspectos relevantes para a permanência das crianças e adolescentes em suas famílias de origem após a passagem por um processo formal de *acolhimento familiar*. Além disso a inserção em programas de geração de renda, e o suporte nas áreas de saúde e educação significam um avanço no trabalho com essas famílias.

Ratificamos o que diziam os diferentes pensadores da infância cujo pensamento voltava-se para a valorização do vínculo familiar. Hoje sabemos da importância da convivência familiar e comunitária em seus pequenos meandros. A necessidade do toque, da palavra, do afago, do carinho, do olhar para, do estar junto, do acompanhar, abraçar, beijar, cuidar e acolher. Inúmeros autores nos mostraram a necessidade do acolhimento para um crescimento e desenvolvimento saudável.

Devemos condenar as famílias com dificuldades para cuidar de seus filhos? Ou acolhê-las e ajudá-las a potencializar sua capacidade de amar, amamentar, olhar, acariciar, conversar! Despertar sentimentos que pareciam estar apagados, fazê-las enxergar! Mostrar-lhes sua importância, dar-lhes o devido valor. Olhar para elas, dar carinho, atenção, amor, compreensão e falar de suas responsabilidades.

As crianças e adolescentes são os principais atores dessa pesquisa, porém não podemos deixar de olhar para quem deles cuida. Já dizia a ABTH¹ em uma de suas obras: *precisamos cuidar de quem cuida*. Os cuidados de um acolhimento são também para aqueles que precisam estar bem para poder cuidar. A lei hoje penaliza quem não cuida, quem negligencia, quem bate, quem abusa. Como fazer diferente?

Alguns dados reais podem dificultar o relacionamento dos pais com seus filhos. Não ter um lugar para morar com cinco crianças pequenas é um dado real que impossibilita uma mãe estar com seus filhos. Estar aonde? Como? É preciso muita coragem para procurar ajuda e entregar os filhos à outra família. Coragem

¹ Associação Brasileira Terra dos Homens - Brasil

para aceitar sua impotência momentânea diante da situação que se coloca. Coragem para acreditar que isso é o melhor para eles naquele momento. Coragem para lutar e construir um lugar de verdade, um lar para as crianças.

Quais as necessidades das famílias? Quais suas dificuldades e potencialidades? Mais do que falar dos fatores que influenciam a permanência de crianças e adolescentes em suas famílias de origem precisamos pensar em suas necessidades, suas vontades e as reais possibilidades para aquela família naquele momento. O *acolhimento familiar* não serve para todos e não pode ser a única resposta para os casos de violência doméstica. Antes disso é preciso priorizar outras etapas anteriores ao acolhimento, pois o “*ficar em casa*” é sim uma opção de muitos.

Os fatores que contribuem para essa permanência podem ser fatores positivos ou negativos, ou seja, a criança também permanece em casa por questões de ordem afetiva negativa. Grande parte dos entrevistados coloca o afeto como sendo um componente muito importante para o retorno e permanência dessas crianças; mas não é o único. Há muitos casos de negligência com os filhos e consigo mesmo. Muitas mães ou pais não conseguem se ver como potencialmente capazes de cuidar de seus filhos, pois não cuidam deles mesmos. A auto-estima dos pais tende a ser muito baixa e a auto-referência negativa.

Os técnicos do projeto desempenham o papel de facilitadores de cuidados. Não cuidam somente dos problemas diretamente relacionados às crianças mas daqueles que envolvem toda a dinâmica familiar. Cuidam da circulação e permanência das crianças e adolescentes em sua família, assim como, daqueles que, diretamente, provocaram a saída de casa. A equipe técnica é considerada, unanimemente, como um suporte essencial no trabalho com as famílias. Todos os entrevistados fizeram considerações positivas a esse respeito.

6. DESAFIOS E POSSÍVEIS CAMINHOS

A descontinuidade das iniciativas e políticas públicas causada por mudanças políticas tem se mostrado presente sendo um fator dificultador para o sucesso dos projetos. A formulação e implementação dessas políticas enfrentam as peculiaridades do poder local;

Falta retaguarda para atendimentos específicos como psicoterapia para casos de abuso sexual, uso abusivo de drogas, gravidez precoce e outros na rede pública de atendimento. Há dificuldade em estabelecer infra-estrutura de apoio na maioria dos municípios;

As ações articuladas², oferecendo uma gama maior de possibilidades de atendimento, podem garantir não só a eficácia da intervenção, como diminuir os índices de reincidência. A proposta de trabalho em rede somente tornou-se possível com o arejamento das organizações que passaram a adotar gestões participativas;

Casos em que a problemática além da pobreza envolve portadores de necessidades especiais ainda precisam ser mais bem trabalhados;

Os dados obtidos mostraram que o índice de retorno à família de origem ou extensa é bastante elevado, porém evidencia-se a necessidade de uma sistematização mais detalhada no monitoramento e avaliação dos projetos dando maior credibilidade aos projetos e seus investidores e permitindo replicabilidade;

Há necessidade de acompanhamento à família após o término da intervenção por um tempo que seja suficiente para responder as seguintes perguntas: o que acontece com as famílias e as crianças com a saída da instituição? A situação de vulnerabilidade que acarretou o acolhimento é superada? Há reincidência dos maus tratos à criança?

A capacitação continuada dos técnicos e famílias foi indicada como uma das ferramentas necessárias ao bom funcionamento do projeto;

Espaços de troca de experiências entre técnicos de diferentes lugares enriquece as práticas e traz novas perspectivas para serem somadas;

² “A construção da Rede é uma ação permanente, que inclui apoio, serviços e parceiros – profissionais liberais, empresas, sindicatos, comunidade – visando oferecer retaguarda ao atendimento das famílias de origem e acolhedora” (Correia, 2005: 81).

O trabalho de reintegração ganha maiores proporções quando há manutenção dos vínculos e aproximação das famílias envolvidas no processo;

Os trabalhos, em geral, necessitam de um maior investimento na sua divulgação;

As, famílias muitas vezes, estão submetidas a diversos fatores que dificultam sua adesão as etapas dos projetos, tais como: envolvimento com o tráfico de drogas, doenças mentais graves dos familiares, falta de envolvimento da família de origem na proposta do projeto, entre outros;

Uma nova concepção do público-alvo dos programas e projetos sociais vem se construindo, que, de *incapaz* tornou-se *competente*;

Os conflitos entre os setores públicos e não-públicos, a centralização das decisões e a descentralização descomprometida com a melhoria da qualidade de vida da população são importantes desafios.

Apesar da experiência recente no que se refere ao *acolhimento familiar*, encontramos, no Brasil, iniciativas bem elaboradas de trabalho. Contudo ainda necessitamos de um maior comprometimento político nessa área. As políticas públicas voltadas ao atendimento para esse perfil de usuário não contemplam efetivamente as demandas apresentadas. É preciso comprometimento dos gestores públicos e sociedade civil na manutenção e aprimoramento das iniciativas. Além de um maior investimento na família.

Diferentes temas relacionados ao *acolhimento familiar* não foram abordados nesse trabalho, pois são inúmeros e diversificados. No entanto, entendo que existe a necessidade de maior investimento em pesquisas nesse sentido para que possamos conhecer melhor a dinâmica que envolve essa modalidade de apoio.

Precisamos ter maior clareza das alternativas de acolhimento para adolescentes, profissionalização dos acolhedores, formas de subsidiar financeiramente os projetos, seleção dos acolhedores, investimentos nas famílias de origem, o que pensam as crianças e adolescentes, famílias de homossexuais, trabalho com portadores de necessidades especiais, entre outros.

O apoio social às famílias faz parte da construção conjunta de responsabilidades que visam crescimento e desenvolvimento do país. Programas que preconizam a inserção e a re-inserção familiar devem ser prioritários na política de assistência social. As ações voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social são imprescindíveis.

O trabalho com violência doméstica não é privilégio das classes menos favorecidas mas acaba sendo seu maior público alvo. É dever do estado, enquanto instância representativa da sociedade, formular políticas que visem à proteção e inclusão social.

Esperamos que o estudo em pauta possa contribuir para a discussão em torno das questões relacionadas à necessidade de colocar em prática os artigos 19 a 52 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que falam do direito à convivência familiar e comunitária. Além disso, almejamos subsidiar novas pesquisas em torno de um tema ainda pouco explorado e entendido como sendo de grande relevância para a melhora da qualidade de vida de crianças e adolescentes.